

SUMÁRIO

Introdução	9
1. A HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA NO BRASIL.....	15
1.1 De onde partimos	15
1.2 O Período Pré-Republicano.....	18
1.3 O Período da Primeira República	38
1.4 O Período do Direito do Menor	61
1.4.1 O Direito do Menor	61
1.4.2 A Política Nacional do Bem-Estar do Menor	73
1.4.3 A Doutrina Tutelar do Menor ou Doutrina da Situação Irregular	78
2. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	85
2.1 As causas do trabalho infantil doméstico.....	86
2.2 Os “mitos” do trabalho infantil doméstico.....	93
2.2.1 O primeiro mito: é melhor trabalhar do que roubar.....	95
2.2.2 O segundo mito: o trabalho da criança ajuda a família.....	98
2.2.3 O terceiro mito: é melhor trabalhar do que ficar nas ruas.....	101
2.2.4 O quarto mito: lugar de criança é na escola	103
2.2.5 O quinto mito: trabalhar desde cedo acumula experiência para o futuro.....	106
2.2.6 O sexto mito: é melhor trabalhar do que usar drogas.....	107
2.2.7 O sétimo mito: trabalhar não faz mal a ninguém.....	108
2.3 As consequências do trabalho infantil doméstico	109
3. O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OS LIMITES DE PROTEÇÃO CONTRA A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO	119

3.1 Os Direitos da Criança e do Adolescente	119
3.2 Os princípios do Direito da Criança e do Adolescente	128
3.3 Os limites de proteção jurídica contra a exploração do trabalho infantil doméstico	140
3.3.1 Os limites constitucionais	142
3.3.2 Os limites estatutários	145
3.3.3 Os limites trabalhistas	150
3.3.4 Os limites internacionais	155
4. A PROTEÇÃO SISTEMÁTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	163
4.1 A política de atendimento	165
4.2 A política de proteção	176
4.3 A política de Justiça	185
4.4 A política de promoção dos direitos	193
5. O SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS E A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO	197
5.1 Perspectivas e limites históricos	197
5.2 Perspectivas e limites jurídicos	209
5.3 Política de atendimento para erradicação do trabalho infantil doméstico	225
5.4 Política de promoção para erradicação do trabalho infantil doméstico	233
5.5 A atuação das organizações não governamentais, limites e perspectivas	241
Conclusão	247
Referências	251